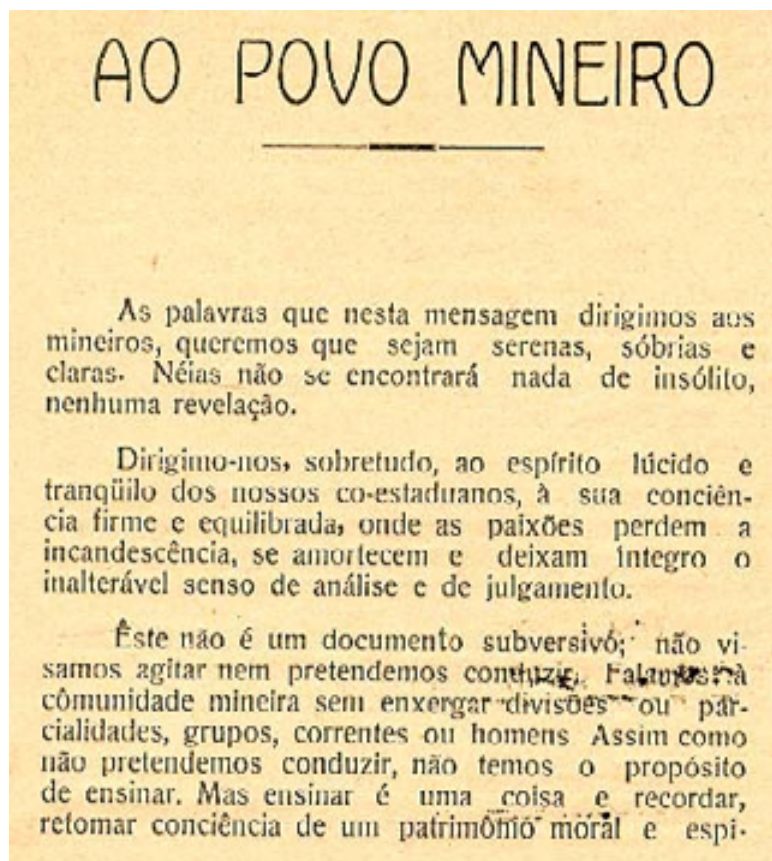


O Manifesto dos Mineiros



Após a instauração do Estado Novo, em 1937, com a extinção da Justiça Eleitoral, fechamento do Congresso Nacional, das Casas Legislativas em todos os estados e a extinção e cassação dos partidos, o clima político no Brasil ficou bastante conturbado.

Essa “nova ordem” sofre grande oposição dos intelectuais, estudantes, religiosos e empresários. Em outubro de 1943, apesar da forte censura, foi divulgado clandestinamente o “Manifesto dos Mineiros”, uma carta assinada por representantes significativos da intelectualidade de Minas Gerais, dentre jornalistas, escritores, advogados e juristas, em defesa da redemocratização do País.

Os 92 signatários desse Manifesto, dentre eles João Franzen de Lima (prefeito de Belo Horizonte, secretário de Estado, jurista e professor); Afonso Arinos de Melo Franco (Jurista, jornalista, escritor e professor, fundador da Faculdade de Direito da UFMG); José de Magalhães Pinto (governador de Minas, economista, banqueiro, deputado federal, senador e ministro de Estado); Milton Campos (governador de Minas, jornalista, jurista, deputado federal, senador e ministro de Estado); Edgar da Matta Machado (escritor, jurista, deputado estadual e secretário de estado); Pedro Nava (médico, escritor e historiador); Olavo Bilac Pinto (magistrado, diplomata, deputado federal e Ministro do Supremo Tribunal Federal); e Pedro Aleixo (vice-presidente do Brasil, deputado estadual e federal, jornalista, jurista e professor), foram presos ou demitidos de seus cargos, dentre outras perseguições. No entanto, esses mineiros protagonizaram a primeira reação que, alcançando, depois, todo o País, culminou na derrubada do regime ditatorial do Estado Novo, em 1945, mesmo ano em que teve fim a Segunda Guerra Mundial.